



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA**  
**CENTRO DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA**

**ABORDAGEM TEÓRICA E EMPÍRICA DA FILOSOFIA NO  
DESENVOLVIMENTO HUMANO MEDIANTE A INCLUSÃO SOCIAL**

**MÁRCIO LEANDRO VIEIRA RODRIGUES**

**BRASÍLIA, abril de 2011**

**MÁRCIO LEANDRO VIEIRA RODRIGUES**

**ABORDAGEM TEÓRICA E EMPÍRICA DA FILOSOFIA NO  
DESENVOLVIMENTO HUMANO MEDIANTE A INCLUSÃO SOCIAL**

Monografia apresentada para a banca examinadora

**Brasília, abril de 2011**

## FICHA CATALOGRÁFICA

Nome do autor: Márcio Leandro Vieira Rodrigues

Título da obra: ABORDAGEM TEÓRICA E EMPÍRICA DA FILOSOFIA NO  
DESENVOLVIMENTO HUMANO DIANTE A INCLUSÃO SOCIAL.

Orientadora: Penélope Machado Ximenes Campos

Monografia de Especialização

**TERMO DE APROVAÇÃO**

**MÁRCIO LEANDRO VIEIRA RODRIGUES**

**ABORDAGEM TEÓRICA E EMPÍRICA DA FILOSOFIA NO  
DESENVOLVIMENTO HUMANO MEDIANTE A INCLUSÃO SOCIAL**

Comissão Examinadora

Penélope Machado Ximenes Campos

---

Viviane Fernandes F Pinto

---

**Brasília, abril de 2011**

Dedico este trabalho monográfico a toda minha família que muito me deu forças para continuar esta árdua tarefa e quero agradecer em especial, minha esposa, Léa Cristina, e minha orientadora Penélope que muito me estimularam e perseveraram para que eu concluísse o curso.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a Deus pelo dom da vida, a todos os participantes da pesquisa que colaboraram com o trabalho investigativo e, sobretudo, a todos os orientadores do curso.

“O que não provoca minha morte, faz com que eu fique mais forte.”

Friedrich Nietzsche

## **RESUMO**

O presente trabalho tem como pretensão fazer uma análise investigativa da contribuição da filosofia para os alunos diagnosticados com necessidades especiais. Para tanto, lança-se mão de uma análise investigativa das implicações da especificidade filosófica no âmbito educacional. No curso desse trabalho, postulou-se que vários campos de conhecimentos filosóficos podem auxiliar o professor da área no trato com os alunos considerados especiais. Portanto, percebeu-se o quão é proveitoso a inserção de conteúdos filosóficos na prática da escola inclusiva. No que tange à essa questão, foram sugeridas práticas pedagógicas cotidianas que podem influenciar em um aprimoramento da inclusão escolar. Para este fim, a pesquisa tem como propósito também abrir para a discussão o tema da inclusão social dentro de um viés filosófico.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> -----	<b>08</b>
<b>CAPÍTULO I</b>	
<b>I – MARCO TEÓRICO – ASPECTOS HISTORICOS E FILOSOFICOS</b> -----	<b>11</b>
1. O histórico da inclusão escolar e a investigação filosófica -----	11
1.1 Contexto Histórico da Inclusão -----	13
1.2 A Investigação Filosófica como Ferramenta de Inclusão e o conceito de desenvolvimento humano -----	19
1.3 O Existencialismo como Proposta Inclusiva -----	22
<b>CAPÍTULO II</b>	
<b>II – METODOLOGIA</b> -----	<b>26</b>
2. Método -----	26
2.1 Local de estudo -----	26
2.2 Participantes -----	26
2.3 Procedimentos de construção de informações -----	27
2.4 Instrumentos materiais -----	28
2.5 Procedimentos de análise de informações -----	28
2.6 Procedimentos éticos-----	29
<b>CAPÍTULO III</b>	
<b>III – RESULTADOS E DISCUSSÃO</b> -----	<b>30</b>
3. Análise de entrevistas com os professores -----	30
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> -----	
Resumo das principais contribuições-----	36
Recomendações para futuros estudos-----	37
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> -----	<b>39</b>
<b>APÊNDICE</b> -----	<b>41</b>

## Introdução

A Filosofia, desde sua origem, aparece como uma investigação ou tentativa de compreensão da realidade humana. Portanto, é o próprio ser humano o objeto da filosofia. Isto é, a atitude de filosofar é uma característica inseparável da condição humana. Nessa situação, assinala-se que o filosofar é inerente à história da humanidade.

Da mesma forma que a filosofia é intrínseca às relações humanas, a educação, por sua vez, está diretamente voltada ao ser humano. Desse modo, a filosofia e a educação sempre estiveram ligadas como uma ordem de pensamento, que visa tornar o homem um ser preocupado em esclarecer e participar do contexto histórico em que está envolvido. Dessa forma, a origem da escola sempre esteve associada ao pensar filosófico.

O presente trabalho monográfico tem como intenção investigar e buscar compreender a importância e a contribuição da filosofia para escola inclusiva, uma vez que, a filosofia sempre esteve a serviço do homem como também da educação, portanto, por que não usá-la a favor de pessoas que são excluídas por serem diagnosticadas como deficientes? Para tal fim, será feita uma abordagem teórica com pensadores da própria filosofia que contribuíram em desenvolver conceitos, noções e práticas filosóficas que demonstram o real papel da filosofia como instrumento de inclusão e desenvolvimento humano. Além da metodologia supracitada, este trabalho monográfico contará com um questionário que será aplicado a professores do Centro de Ensino Médio-804 do Recanto das Emas e CEM 01 do Gama, que trabalham com a disciplina de Filosofia.

A atitude do filosofar pode conduzir o ser humano ao trabalho de pensar, refletir, raciocinar e, assim, despertar o senso crítico e, conseqüentemente, abandonar ideias preconcebidas alicerçadas e sedimentadas em “pré-conceitos” fossilizados advindos do senso comum. A especificidade do trabalho filosófico visa oferecer a nossa sociedade

os meios para serem conscientes de si e de suas ações numa prática que deseja a autonomia e a liberdade.

O estudo aqui empreendido se utilizará do trabalho filosófico como ferramenta de desenvolvimento e inclusão social, pois nota-se o quão a filosofia pode auxiliar na inserção de pessoas diagnosticadas como deficientes em um contexto social cada vez mais segregador.

Com isso, pretende-se também acirrar o debate em torno do tema e abrir para o diálogo questões concernentes à filosofia da inclusão e levantar apontamentos que corroboram para a Evolução Histórica da Educação de alunos diagnosticados com necessidades especiais.

É desafiador pensar na promoção da inclusão em um mundo cada vez mais seletivo, competitivo, em que as atenções estão voltadas para os supostamente “normais” e para a manutenção de um capitalismo que é por natureza autoexcludente e se baseia apenas no lucro e na propriedade privada.

Nas teorias e práticas educacionais estão presentes concepções Filosóficas que englobam abordagens de suas áreas de investigação, como Ontologia, Antropologia, Filosófica, Teoria do Conhecimento, Estética e Filosofia Social e Política. Todavia, o presente trabalho deve se voltar para as concepções da Antropologia Filosófica como também para a corrente de pensamento Filosófico chamado de Existencialismo.

Segundo Lorieri (2008), conceitos Filosóficos podem ser reconhecidos como sistemas teóricos que visam apresentar entendimentos, produzidos, de certa maneira, sobre o que é a realidade ou o mundo; sobre o ser humano; sobre a sociedade e principalmente sobre a educação. Isto é, tais “Filosofias” pretendem propor compreensões a cerca da totalidade que envolve os seres humanos. E para isso, sempre se utiliza de um pano de fundo que provoca a produção destes entendimentos.

A investigação Filosófica a que esse trabalho se propõe, gira em torno do ser humano diagnosticado com deficiência e a educação deste. E tendo como pano de

fundo a seguinte problematização: de que forma a Filosofia pode contribuir para a escola inclusiva?

## Capítulo I

### I – MARCO TEÓRICO: ASPECTOS HISTÓRICOS E FILOSÓFICOS

Este capítulo trata dos aspectos históricos da inclusão e também das implicações filosóficas como contribuição aos estudos sobre o tema.

Os aspectos históricos são relevantes para compreender a realidade atual do sistema educacional em nosso país na perspectiva do trabalho de inclusão sócio-pedagógica para a construção de uma sociedade mais sensível aos diferentes perfis humanos.

#### 1. O histórico da inclusão escolar e a investigação filosófica

Segundo o dicionário Aurélio, o verbo incluir significa introduzir, inserir-se, fazer parte, mas o termo inclusão, paradoxalmente, já traz implícito a noção de exclusão, pois só é possível incluir alguém que já foi excluído. Portanto, quando se trata da inclusão, deve-se ter sempre em mente uma espécie de antagonismo inclusão/exclusão, com a luta das minorias na defesa dos seus direitos.

Para se falar em inclusão escolar é necessário repensar a realidade do sistema educacional. O currículo escolar não se adapta a tais condições. A maioria das escolas são antigas e foram construídas para atender uma demanda de alunos dito “normais”, portanto falta acessibilidade para cadeirantes, pessoas que necessitam de andajar, faltam também recursos pedagógicos e didáticos voltados para essa especificidade.

A filosofia da inclusão propõe um sistema educacional de qualidade para todos os alunos, com ou sem deficiência. Baseia-se em princípios como aceitação das diferenças individuais, que são visualizadas como atributo; valorização da diversidade humana pela sua importância para o enriquecimento de todas as pessoas. Ao analisar essas questões torna-se imprescindível diferenciar uma escola inclusiva de uma escola cujo sistema é regular, pois a primeira visa acolher a todos os alunos adaptando-os às

suas necessidades, já a segunda se torna inclusiva depois que se reestrutura para atender à diversidade do novo alunado em termos de necessidades especiais, preparando-os para viver como cidadãos em sociedade. Para receber o aluno com necessidade educacional especial, é necessário adaptar a escola e o currículo.

O movimento de inclusão se refere a um processo educacional que tem por objetivo ampliar ao máximo a capacidade da pessoa diagnosticada com deficiência na escola da classe regular. Envolve oferecer um suporte de serviços da área de Educação Especial por meio de seus profissionais. A inclusão é um processo constante que precisa ser discutido, pensado e revisto continuamente.

A ideia de uma sociedade inclusiva está pautada numa Filosofia que reconhece e valoriza a diversidade, como características intrínsecas à constituição de qualquer sociedade. Partindo dessa premissa e tendo como referência o panorama ético dos direitos humanos, sinaliza a necessidade de se garantir o acesso e a participação de todos, independentemente das peculiaridades de cada um. Kunc (1992), discorre sobre esse tema.

O princípio fundamental da educação inclusiva é a valorização da diversidade e da comunidade humana. Quando a educação inclusiva é totalmente abraçada, nós abandonamos a ideia de que as crianças devem se tornar normais para contribuir para o mundo (p.54).

Todavia, na realidade, este princípio não se dá como deveria, pois o que se vê são as pessoas que não se enquadram nos padrões sociais e são classificadas ou consideradas como diferentes. Entre elas encontram-se os negros, os índios, os homossexuais, os diagnosticados com necessidades educacionais especiais e muitos outros. A grosso modo, os padrões sociais apontam para uma pessoa branca, de preferência do sexo masculino, saudável, rica e inteligente, ou pelo menos com um comportamento padronizado e “normal” perante a sociedade. As mulheres, os idosos, os pobres, os negros, os enfermos e os deficientes são os que há de mais diferente em uma sociedade que presa por um ideal de homem perfeito, portanto, constata-se que o mundo não foi e não é pensado para esses seres humanos e sim, para aqueles considerados aparentemente “normais”. Porém, na contramão de um mundo que quase

só se volta para a normalidade, se tem a Filosofia da inclusão que tem como prerrogativa quebrar paradigmas baseando-se em princípios como aceitação e valorização das diferenças individuais e da diversidade humana.

### **Contexto histórico da inclusão**

Há muito tempo percebe-se a estigmatização e exclusão das pessoas com necessidades educacionais especiais, desde os séculos mais remotos, quando passaram por eliminações, piedade, esconjurações, foram considerados objetos de bruxaria e muitas outras barbaridades. Enquanto não se tinha informação acerca da deficiência, até se pode conceber o fato de alguém diferente causar tanto incômodo. Somente a partir do século XIX é que começaram as pesquisas a respeito de deficiência.

Há necessidade de se fazer uma contextualização história da educação no que se refere às pessoas com deficiência educacional especial. São quatro fases:

- Primeira fase: Anterior ao século XX, onde as pessoas com deficiência eram totalmente excluídas da sociedade. A própria família os abandonavam. Eram consideradas possuídas por demônios, não tendo direito de viverem em sociedade, muito menos de uma educação escolar.
- Segunda fase: Século XX. Fase da segregação. O atendimento às pessoas deficientes era dentro de grandes instituições que propiciavam dentre outras coisas, turmas de alfabetização. A partir da década de 50, os pais de crianças especiais a quem era negado o ingresso em escolas regulares começaram a lutar pela implantação de escolas especiais. E conseguiu assim que o sistema educacional ficasse com dois subsistemas, funcionando paralelamente e independente, ou seja: a educação regular e a educação especial.

- Terceira fase: A década de 70 constitui a fase da integração, pois as escolas regulares aceitavam crianças ou adolescentes deficientes nas classes. Eram considerados integrados apenas aqueles estudantes com deficiência nas classes que conseguissem adaptar-se à turma regular. A educação integrada exigia a adaptação dos alunos ao sistema escolar, excluindo aqueles que não conseguiam adaptar-se ou acompanhar os demais.
- Quarta fase: Denominada de inclusão, surgiu na segunda metade da década de 80. A idéia principal desta fase é adaptar o sistema escolar às necessidades do aluno.

Segundo Mendes (2001), voltando aos tempos mais remotos, em Esparta, antes de a criança ficar sob os cuidados da mãe, deveria passar por uma inspeção do Estado, já que era sua propriedade a partir do nascimento. A inspeção destinava-se a constatar se a criança era sadia e forte; se fosse doente, frágil ou deficiente, deveria morrer. Nesse caso, a criança era exposta e abandonada aos rigores do ambiente até que a morte acontecesse.

Para os gregos, a preocupação com as crianças obedecia ao momento histórico, no qual um adulto saudável e forte era sempre idealizado. Essa preocupação visava à atuação militar, à defesa da pátria, ao êxito nos jogos, à boa prática das ciências (matemática, astrologia, etc), à representação estética da beleza e à manutenção da saúde. Havia pouca preocupação com algumas características próprias da criança, como a deficiência corporal. (Mendes, 2001).

Em Atenas, como em Esparta, conservava-se o costume de manter vivos somente os filhos sadios e robustos. Entretanto, a decisão ficava sob a responsabilidade do pai, e não do Estado.

Como se observa, não havia espaço para o indivíduo diagnosticado com necessidades especiais. Tidos como “problemas”, a melhor forma para erradicá-los era por meio da morte. Na Roma antiga, os recém-nascidos só eram acolhidos em

sociedade em virtude de uma decisão do chefe da família. Talvez essa fosse uma herança dos povos gregos.

Nesta civilização, Mendes (2001), informa que depois de completar oito ou nove dias de vida, a criança sofria inspeção a fim de averiguar se deveria viver ou morrer. O pai poderia decidir sobre a vida ou a morte de suas esposas e filhos. A criança era colocada sob os pés do pai; se ele a erguesse nos braços, seria aceita. Caso o pai permanecesse indiferente, seria rejeitada. A criança, então, era abandonada. Isso era uma prática usual principalmente quando a criança era do sexo feminino ou com algum tipo de deficiência.

Na Idade Média, a difusão da doutrina cristã incutia na população o pensamento de que o homem era criatura divina, portanto, todos deveriam ser aceitos e amados como tal, mesmo os “anormais”. Assim, a morte de crianças não desejadas pelos pais devido a deformações passou a ser condenada.

A partir do século XIX, começa-se a pensar na educação do aluno com necessidades educacionais especiais. Com essa finalidade, foram fundadas residências para os surdos, os cegos, os deficientes mentais, os órfãos e outros. Não se pode esquecer da evolução conseguida, pois essas escolas ofereciam atendimento nas áreas de habilitação, reabilitação, educação e profissionalização.

Segundo Mendes (2001), a história da educação especial começou a ser traçada no século XVI, com médicos pedagogos que, desafiando os conceitos vigentes até o momento, passaram a acreditar nas possibilidades educacionais de indivíduos até então considerados ineducáveis. A educação especial nasce com uma ênfase no ensino especial ou, em seu aspecto pedagógico ou metodológico, em uma sociedade em que a educação formal era direito de poucos. O trabalho desses pioneiros foi desenvolvido em bases tutoriais. Eles próprios ensinavam seus pupilos, não havia um quadro teórico ou prático de prestação de serviços ao qual eles tivessem de se reportar, tendo relativa liberdade para testar suas teorias.

Mesmo que se notem algumas poucas experiências inovadoras desde o século XVI, de fato, o acesso à educação por parte das pessoas com necessidades especiais vai acontecendo muito paulatinamente.

No fim do século XIX houve uma queda dos esforços educacionais e do cuidado meramente custodial; a institucionalização em asilos e manicômios passou a ser a meta de tratamento dos alienados, sendo que instituições passaram a ser uma espécie de prisão para a suposta proteção da sociedade.

Aranha (2001) caracteriza essa fase como o paradigma de institucionalização (grifos da autora), o qual se baseava na ideia de que a pessoa diferente seria mais bem cuidada e protegida se fosse confinada em ambiente segregado e construída à parte da sociedade.

Paralelamente a essa evolução dos asilos, a institucionalização da escolaridade obrigatória passou a fazer uma triagem em relação as crianças que não avançavam na escola regular e fez surgir às classes especiais nas escolas públicas no início do século XX. Proliferaram também as escolas especializadas, como alternativa basicamente a partir das duas guerras mundiais.

Desse modo, é em meados do século XX que se pode encontrar uma espécie de reunião dos principais componentes da educação especial: um corpo teórico-conceitual, algumas propostas metodológicas de ensino e uma organização de serviços educacionais.

Mendes (2001) afirma que foi nesse contexto, de consolidação de uma resposta mais ampla da sociedade para os problemas da educação das pessoas com necessidades especiais, que culminaram em várias iniciativas atualmente contempladas nos princípios da escola inclusiva, nos países desenvolvidos na década de 50, então denominada filosofia da “normalização e integração”, decorrente dos movimentos dos pais de crianças a quem era negado ingresso em escolas comuns. Surgiram, então, as propostas de escolas especiais e, mais tarde, as classes especiais dentro de escolas comuns. O sistema educacional ficou com dois subsistemas, o

regular e o especial, funcionando paralelamente: a educação comum e a educação especial.

A autora informa que, na década de 70, houve uma mudança filosófica em direção à idéia de educação integrada, ou seja, escolas comuns passaram a aceitar a idéia de incorporar crianças ou adolescentes deficientes em classes comuns ou, ao menos, em classes especiais ou de recursos, em ambientes com o mínimo possível de restrição. Percebe-se nessa fase o predomínio do paradigma de serviços (grifos da autora). Mendes comenta, baseando na crença de que pessoas diferentes tinham direito de conviver socialmente com as demais pessoas, mas que deviam ser, antes de tudo, preparadas, em função de suas peculiaridades, para assumir seus papéis na sociedade. No âmbito das propostas educacionais surge uma estrutura paralela embasada no sistema de cascatas de provisões de serviços, em que a autora apresenta a partir de Doré:

*(...) o processo de integração traduz-se por uma gama de serviços que vão desde o ensino em classes comuns ao ensino em centros hospitalares (...) cujo objetivo é oferecer o meio ambiente o mais normal possível pela possibilidade de – em todas as etapas da segregação – oferecer a oportunidade de retomar o curso regular em uma classe ordinária. (Mendes: página 30, 2001)*

Assim, só poderiam participar da integração escolar aqueles estudantes que notadamente conseguissem se adaptar à classe comum, portanto, aqueles que não eram bem sucedidos eram excluídos por não acompanharem os demais alunos.

Para Mendes (2001), as críticas que surgiram posteriormente, no caso do sistema de cascata dos serviços, recaíram sob a constatação de dois fatos: a passagem de crianças com deficiência ou com dificuldades de aprendizagem de um tipo de serviço mais segregado a outro, supostamente mais integrador, dependia unicamente de seu progresso, mas essas transições raramente aconteciam, o que comprometia os pressupostos da integração escolar.

Informa, ainda, a autora que como resultado desse movimento na história atenção à pessoa com necessidades educacionais especiais, surge à fase da

educação inclusiva, na segunda metade da década de 80, com a radicalização do debate na década de 90, cuja idéia central era que, além de intervir diretamente sobre essas pessoas, também era necessário reestruturar a sociedade para que ela possibilitasse a convivência dos diferentes. No âmbito da educação, passa-se a defender um único sistema educacional de qualidade para todos os alunos, com ou sem deficiência.

Portanto, a idéia de que seria melhor incorporar crianças com necessidades educacionais na escola comum não é nova, já estava presente no movimento pela integração escolar e foi mantida na perspectiva da educação inclusiva, mas com intensificação nessa ênfase.

Bueno (2001) comenta que a integração escolar tinha por pressuposto o problema centrado nas crianças deixando implícita uma visão crítica da escola, na medida em que pressupunha que a escola regular dava conta de educar bem ao menos os considerados normais.

A inclusão pressupõe que as diferenças humanas estão dentro da normalidade, mas ao mesmo tempo reconhece que a escola atual tem acentuado desigualdades associadas à existência de diferenças de origem pessoal, social, cultural e política, e é nesse sentido que ela prega a necessidade de reestruturação do sistema educacional para prover uma educação de qualidade a todas as crianças.

Martins (2005) confirma tal diferenciação, acrescentando que na perspectiva da integração não há pressuposição de mudança da escola e, conseqüentemente, do ensino, enquanto a inclusão estabelece que a mudança é necessária, a partir da reformulação dos currículos, das formas de avaliação, da formação dos professores e de uma política educacional mais democrática.

Aranha (2001) aponta essa fase como o paradigma de *suportes* (grifos da autora), enfatizando a necessidade de prover apoios físicos, pessoais, materiais, técnicos e sociais a fim de viabilizar o processo de inclusão. Nesse sentido, a equiparação de condições não garante a equiparação de oportunidades, e a educação

inclusiva bem-sucedida implicará a reestruturação do sistema educacional em todos os seus níveis: político-administrativo, escolar e na própria sala de aula.

Observa-se que o debate em torno da escola inclusiva só se intensifica na década de 90. Pois a partir desse momento se tem como ideias centrais à intervenção direta da educação na vida das pessoas com diagnóstico de deficiência, a defesa categórica de um único sistema educacional de qualidade para todos os alunos, com ou sem deficiência, uma reestruturação da sociedade para que ela possibilitasse a convivência dos “diferentes”. Além de também se propor uma reformulação dos currículos, das formas de avaliação, da formação dos professores e de uma política educacional mais democrática.

Com tudo isso, é notório os avanços e os esforços que lentamente vêm dando resultado na evolução e no desenvolvimento da inclusão social. Porém, não se deve perder de vista que o pressuposto básico para uma educação bem sucedida implica em uma reestruturação do sistema educacional em todos os seus níveis: político-administrativo, escolar, comunidade escolar, pais e responsáveis e principalmente na própria sala de aula.

### **A Investigação Filosófica como Ferramenta de Inclusão e o conceito de desenvolvimento humano**

Já é sabido que a Filosofia está diretamente associada à educação, pois é recorrente professores em sua prática pedagógica mesmo não lecionando tal disciplina voltarem-se para questões de áreas de estudo e investigação filosófica como: Teoria do Conhecimento, Lógica, Filosofia Moral, Antropologia Filosófica, Filosofia Existencialista, Filosofia Social e Política, entre outras. Assim, evidencia-se que, cada vez mais concepções Filosóficas permeiam a sala de aula e ao mesmo tempo se fazem necessárias ao aprimoramento das práticas educacionais. Porém, a tarefa aqui empregada, fica a cargo de uma investigação em torno da Filosofia Existencial e Antropológica tendo sempre como pano de fundo a indagação acerca de que forma

essas áreas do conhecimento podem contribuir para a escola inclusiva e também para o desenvolvimento humano?

O que é o ser humano? O que constitui um ser humano? Ele é um ser diferente dos demais seres do mundo? O que é ser uma pessoa? O que significa ser considerado como uma pessoa? Denomina-se à área que investiga estas questões de Antropologia Filosófica. Pois Antropos, no grego, significa “ser humano” e é esse o objeto de estudo dessa disciplina.

Postula-se que uma das ferramentas que podem contribuir para o desenvolvimento da história da escola inclusiva é a Antropologia Filosófica e suas concepções acerca da Filosofia da “Alteridade”. O termo alteridade provém do latim alter, que quer dizer “outro”. Isto é, qualidade do que é outro; logo, o outro é aquele que não sou eu.

A investigação Filosófica a que esse trabalho propõe vai de encontro com a antropologia filosófica de Martin Buber. O estudo buberiano ocorre pela participação mútua das condições de expressões pela escuta e pela fala. Portanto, a inter-relação de quem fala e de quem ouve são flexíveis pelo fato de serem atacados em sua condição de alteridade. Buber descreve também sobre a noção de atitude dialógica, que é estar em constante movimento de diálogo e de voltar-se para o outro. De modo que, a noção de atitude monológica faz o processo inverso.

Para Buber (1979), em todo encontro o ser humano está diante do novo, pois é por meio da inter-relação que ele sai do mesmo de como era antes da atitude dialógica. Em contrapartida, a atitude monológica se opõe a Filosofia da Alteridade por não aceitar a outra pessoa pela “admissão da existência do outro somente sob a forma de uma vivência própria, somente como parte do meu eu” (Buber, 1979, p.77). Portanto, a novidade que o homem recebe a partir do encontro ou da atitude dialógica, corrobora e rechaça a concretude de um outro com toda a sua alteridade.

Em tese, Buber busca propor uma dialogicidade humana em que o movimento básico é “voltar-se- para- o- outro” e não “dobrar-se-sobre-si-mesmo”. Isto é, o princípio básico de sua Filosofia antropológica é o encontro do homem com seu semelhante,

pois assim, ele estará aberto ao diálogo e pronto para receber o novo e tornar-se diferente de como entrou na atividade dialógica, mas as condições de vida atual apontam para um distanciar do encontro com o outro e ironicamente até mesmo do encontro do homem consigo mesmo.

O “voltar-se-para-o-outro” é um despertar que inclui a responsabilidade de mim sobre o próximo, mas se engana quem pensa que é uma atitude simples que não depende de esforço e reflexão. Pelo contrário, o movimento de voltar-se para seu semelhante exige desprendimento, renúncia, estímulo, críticas, subserviência, e coisas que já não tem mais espaço nas condições da vida contemporânea. Portanto, a fundamentação antropológica buberiana é antagônica ao *status quo*, pois presa pelo exercício de escolhas individuais, pela alteridade e pela responsabilidade com o outro.

A Filosofia Antropológica de Buber pode servir como uma excelente ferramenta de inclusão, pois tem em seus desdobramentos uma base dialogal que permite a inter-relação, a “inter-ferência”, que são em síntese uma conversação autêntica e espontânea entre os pares envolvidos. Tal proposta faz-se necessário porque os grupos de pessoas excluídas e principalmente os deficientes é quem menos se reconhece o direito de falar de si. Sendo assim, a proposta dialogal oferecida por Buber, poderia com certeza ser incluído no currículo e trabalhado efetivamente em sala de aula como ferramenta de inclusão social. A ideia de Alteridade e responsabilidade também pode ser inseridos como palavras chave no contexto da educação especial, pois são termos que trabalhados em suas especificidades teóricas e práticas podem também trazer algum resultado no que se refere à instrução dos alunos especiais.

Os estudos buberianos, voltados para a Filosofia da alteridade e convertidos na educação de alunos especiais, é uma proposta investigativa desse trabalho, pois a posteriori, não se tem dados precisos se tal investida realmente gerou algum desenvolvimento na história da escola inclusiva. Mas é uma perspectiva que traz alguma esperança no trato com aqueles para quem menos se produz os meios necessários para a vida em sociedade.

A teoria de Buber, aplicada com as devidas adequações ao educando especial, pode abrir fendas de dialogicidade no ambiente escolar e incutir naquele que muitas vezes inconscientemente excluía, a noção de alteridade, responsabilidade e respeito ao semelhante, e desse modo, propiciar o desenvolvimento humano.

Subentende-se por desenvolvimento humano, a formação sócio-cultural do ser em que as pessoas sejam protagonistas do seu desenvolvimento, cujo foco principal é ampliar as oportunidades dos indivíduos emanciparem-se. Porém, existem vários conceitos e teorias acerca do que se entende por desenvolvimento humano, mas a que esse trabalho propõe tem sua ênfase na formação do educando especial, nas políticas centradas nas pessoas que estão ligados diretamente com a educação e na promoção e reconhecimento do semelhante como forma de inclusão.

Um desenvolvimento humano bem sucedido pauta-se na afirmação da diversidade, na superação da exclusão social, na recusa aos preconceitos arraigados e principalmente com o apoio da educação, pois ela é necessária para erradicar barreiras em muitos aspectos da inserção da pessoa com deficiência na vida social.

### **O Existencialismo como Proposta Inclusiva**

Para complementar este trabalho, lança-se mão de uma investigação filosófica a respeito do existencialismo e suas implicações teóricas e práticas no processo de inclusão social.

De acordo com o dicionário Aurélio, Existencialismo é o caráter das doutrinas para as quais o objeto próprio da reflexão é o homem na sua existência concreta.

Em linhas gerais, o existencialismo é uma corrente filosófica contemporânea que se afirma mais propriamente na Europa logo após a primeira guerra mundial. O principal interesse do existencialismo é o ser humano, e, portanto, o considera como um ser que possui finitude e que ao mesmo tempo está “lançado no mundo” e aos dissabores mais abissais e problemáticos que sua breve existência lhe confere.

O existencialismo volta-se para o homem porque ele é o único ser capaz de filosofar, desse modo, infere-se que a existência é a parte essencial do ser que filosofa. Mais essa existência, não é algo preconcebido ou predeterminado pela natureza, e sim algo que não é fixo e que se transforma constantemente. Ou seja, é um jogar -se diante das incertezas, do inesperado, dos riscos e da problemática que o mundo suscita.

A fim de sistematizar essas ideias, o trabalho inclina-se agora para a base conceitual Existencialista pensada por Jean-Paul Sartre (1905-1980). A frase fundamental do existencialismo sartreano é “a existência precede a essência”. Com isso ele quis dizer que o homem inicialmente existe, se percebe enquanto ser, aparece para o mundo e só depois se estabelece ou se determina. Portanto, o homem não é um ente em que sua essência é fixa e predeterminada pelas suas condições de vida natural, e sim um existir que sempre se define, se impulsiona, se determina e se projeta no mundo.

A máxima de Sartre “a existência precede a essência” segundo o filósofo pode também assim ser entendida:

significa que o homem primeiramente existe, se descobre, surge no mundo; e que só depois se define. O homem, tal como o concebe o existencialista, se não é definível é porque primeiramente não é nada. Só depois será alguma coisa e tal como a se próprio se fizer, assim, não há natureza humana visto que não há Deus para a conceber. O homem é, não apenas como ele se concebe, mas como ele quer que seja, como ele se concebe depois da existência, como ele se deseja após este impulso para a existência; o homem não é mais o que ele faz. Tal é o primeiro princípio do existencialismo.<sup>1</sup>

Será que por meio desse princípio se pode pensar a questão da inclusão social e desenvolvimento humano? Se incluir significa inserir. Só inserimos, ou incluímos algo que existe. E os especiais existem! Deve-se incluí-los! Pois é necessário o reconhecimento por parte de todos que excluí conscientemente ou não, que o especial existe e tem voz, basta convidá-los para a “dialogicidade” demonstrando que eles podem sim descobrir que mesmo em meio as suas limitações, ainda assim eles podem ser protagonistas de suas próprias histórias e construir sua própria existência sempre

---

<sup>1</sup> Apud SARTRE, Jean-Paul. O existencialismo é um humanismo. Trad. e notas Vírgilio Ferreira. 3. ed. Lisboa, Presença, 1970, p. 16.

se definindo e se automodelando na busca de se perceber “para si”, ou seja, no intuito de trilhar o caminho que ele mesmo projetou e não aquele predeterminado pelos desígnios de um modelo ou essência que tinge sua vida.

Ainda sobre o existencialismo, Sartre adverte:

mas se verdadeiramente a existência precede a essência, o homem é responsável por aquilo que é. Assim, o primeiro esforço do existencialismo é o de pôr todo homem no domínio do que ele é e lhe atribuir total responsabilidade da sua existência. E, quando dizemos que o homem é responsável por si próprio, não queremos dizer que o homem é responsável pela sua restrita individualidade, mas que é responsável por todos os homens. Com efeito, não há dos nossos atos um sequer que, ao criar o homem que desejamos ser, não crie ao mesmo tempo uma imagem do homem como julgamos que deve ser. Escolher ser isto ou aquilo é afirmar ao mesmo tempo o valor do que escolhemos, porque nunca devemos escolher o mal, o que escolhemos é sempre o bem, e nada pode ser bom para nós sem que seja para todos. Se a existência, por lado, precede a essência e se quisermos existir, ao mesmo tempo em que construímos a nossa imagem, esta imagem é válida para todos e para toda a nossa época. Assim, a nossa responsabilidade é bem maior do que se poderia supor, porque ela envolve toda humanidade.<sup>2</sup>

Em suma, o primeiro esforço do Existencialismo é colocar o ser humano sobre o domínio dele mesmo. Pode-se acrescentar essa ideia na questão da inclusão, pois o aluno especial precisa apreender que ele pode ser responsável por si mesmo, numa prática que visa à autodeterminação e não à predeterminação de suas ações e pensamentos. O aluno especial geralmente não se sente bem ao ser visto sempre como um ser que precisa sempre e necessariamente de alguém que a todo o momento interceda por ele. Porque em muitas ocasiões eles conseguem autogerirem-se e assim projetam sua vida. Portanto, essa teoria do existencialismo pode sim ter implicações práticas na vida do aluno diagnosticado com necessidades especiais e de sua família.

A responsabilidade a qual se refere Sartre não é uma responsabilidade egocêntrica e restrita a uma individualidade, e sim uma responsabilidade altruísta que inclui todos os seres humanos. Essa noção deve ser passada adiante voltada principalmente para aqueles que trabalham diretamente com a educação.

---

<sup>2</sup> Apud SARTRE, Jean-Paul. O existencialismo é um humanismo. Trad. e notas Vírgilio Ferreira. 3. ed. Lisboa, Presença, 1970.

Todavia, as noções de alteridade, responsabilidade, autodeterminação, “interferência” ou diálogo, possam fazer parte do cotidiano do corpo docente e discente, assim como em toda comunidade escolar e, sirvam como ferramentas de inclusão e contribua para o desenvolvimento da escola inclusiva e pretensamente para o desenvolvimento humano.

## **CAPÍTULO II**

### **II – METODOLOGIA**

Esta é uma pesquisa qualitativa, ou seja, parte do princípio de que há uma relação dinâmica entre a filosofia e o processo educativo como um todo. Esta pesquisa é voltada para a observação de professores que trabalham com a disciplina de Filosofia e suas implicações teóricas e práticas no processo de ensino e aprendizagem de alunos diagnosticados com necessidades especiais.

Essa pesquisa foi realizada em uma escola de Ensino Médio e contou com a participação de professores que integram a rede de educação do Distrito Federal. Esses professores foram entrevistados pelo pesquisador com a intenção de se buscar compreender quais são as contribuições que a Filosofia pode oferecer para o desenvolvimento do aluno diagnosticado com necessidades especiais.

### **2. MÉTODO**

#### **2.1. Local do Estudo**

A pesquisa foi desenvolvida em uma unidade educacional pública da cidade do Recanto das Emas DF. A escola apresenta um prédio que tem sua estrutura física adequada com acessibilidade para cadeirantes de acordo com as exigências oficiais de prédios escolares . Foi inaugurada no ano de 2007 e atualmente possui 1988 alunos.

A pesquisa transcorreu da melhor forma possível cujo participantes, pesquisador e a própria direção da instituição forneceram gentilmente dados e suas experiências didáticas como forma de enaltecer o trabalho. Desse modo, anseia-se para que tal pesquisa de investigação realmente contribua para a inclusão e cada vez mais reforce a superação do preconceito em busca de uma escola que se sensibilize mais para as questões referentes ao processo de inclusão.

#### **2.2) Participantes**

Os participantes da pesquisa foram dois professores da escola que atuam no Ensino Médio. Os questionários foram oferecidos aos professores Marcos José e ao professor Alaíde Santana que lecionam Filosofia naquela instituição. Os professores têm 41 e 38 anos respectivamente, ambos são do sexo masculino.

Os professores entrevistados foram receptivos e acolhedores no momento do convite para a realização dos questionários. Ambos aceitaram a realização das perguntas e responderam sem exitar cada questionamento, realmente dando sua opinião sincera sobre cada item a ser refletido acerca das práticas em sala de aula. As entrevistadas foram positivas e a oportunizaram conhecer as ideias de professores que trabalham um tempo significativo no Ensino Médio.

### **2.3) Procedimentos de construção das informações:**

Para o processo de construção das informações foram realizados questionários individuais com os professores. Os questionários ocorreram na própria escola, durante o turno de trabalho dos professores e foram realizados em um local adequado. Esses questionários foram devidamente assistido e discutido pelo pesquisador e os pares envolvidos.

Os questionários tiveram como objetivo primordial compreender aspectos importantes sobre a inclusão e também investigar de que forma a Filosofia pode contribuir para o desenvolvimento social e cognitivo do aluno diagnosticado com necessidades especiais.

Para a realização da pesquisa sobre a Filosofia e o que ela pode fornecer como conceitos, noções e até mesmo práticas, foi usado um questionário voltado para o foco da pesquisa e suas implicações na escola inclusiva. Durante o questionário reflexivo, procurou-se discutir teorias filosóficas que postas em práticas levaria a reflexão sobre como a filosofia podia se prestar ao desenvolvimento humano, ao aluno diagnosticado com necessidades especiais e também a escola inclusiva. nessa perspectiva buscou-se o ato de pensar sobre a experiência pessoal e ao modo de agir do professor na prática educativa, aprendendo a ter consciência de si mesmo e interagir com o meio social a que pertence para compreender a teoria educacional, a filosofia como instrumento de inclusão e também o contexto sócio-político e cultural em que está

envolvido. O questionário reflexivo como procedimento considera que os objetivos da pesquisa são a base para a elaboração da questão desencadeadora, que deverá ser cuidadosamente formulada. Ela deve ser o ponto de partida para o início da fala do participante, focalizando o ponto que se quer estudar, ao mesmo tempo, pode ampliar o suficiente para que o sujeito escolha por onde quer começar a abordar as questões do questionário (Szymanski, 2008).

#### **2.4) Instrumentos e materiais:**

Para este trabalho monográfico, foi elaborado um questionário com perguntas para os professores (APÊNDICE A). Com a finalidade de atingir os objetivos propostos pela pesquisa, o questionário constituiu-se de 7 questões. As questões abordavam indagações acerca de como os conceitos dos pensadores e suas respectivas correntes filosóficas influenciam a vida do aluno diagnosticado com necessidades especiais e a escola inclusiva? Se a Filosofia pode auxiliar a escola a se adaptar a realidade da inclusão? Se existe alguma ação filosófica que pode ser aplicada a alunos especiais? Entre outras. Tais questões eram sempre tratadas com o foco no desenvolvimento da história da escola inclusiva e as implicações teóricas e práticas da filosofia em um contexto educacional inclusionista. Também como material, foi utilizado caneta e papel para anotações e posteriormente um computador para finalizar os dados obtidos. Todas as informações obtidas por meio do questionário e pelas anotações foram registradas (ANEXO).

#### **2.5) Procedimentos de análise das informações:**

Os dados das entrevistas foram transcritos e analisados de acordo com a percepção de dois professores referentes à inclusão de alunos diagnosticados com necessidades especiais no contexto escolar. sobre o papel do professor na sala de aula na construção das diversidades e de uma escola mais igualitária.

Os dados foram estudados e selecionados destacando as idéias relacionadas ao tema da pesquisa, identificando trechos que realmente relataram constatações evidentes de contribuição da filosofia para a escola inclusiva e para o aprimoramento das práticas educacionais dos docentes.

## **2.6) Procedimentos éticos**

Em relação às questões éticas foram adotados os seguintes passos:

- Recolhimento do termo de consentimento livre e esclarecido da escola com autorização do diretor, entrega da carta de apresentação da pesquisa.
- Recolhimento do termo de consentimento livre e esclarecido assinado por cada professor.

## CAPÍTULO III

### III –RESULTADOS E DISCUSSÃO

#### 3. Análises dos questionários com os professores

No questionário realizado com os dois professores do Ensino Médio, as perguntas foram referentes a contribuição da filosofia e também sobre o impacto de suas experiências didáticas na educação inclusiva, bem como ações pedagógicas com viés filosófico que se colocadas em prática, supostamente podem levar ao desenvolvimento do aluno diagnosticado com necessidades especiais. Ainda é importante salientar que os professores envolvidos nos questionários tem nomes fictícios.

O professor M.J. relatou que trabalha há 16 anos na educação, sendo que 10 anos trabalhou com Ensino Médio e os outros cinco anos no Ensino Fundamental. Ele acredita que muito ainda há de se fazer para realmente se ter uma escola inclusiva total e que a Filosofia pode auxiliar bastante nessa empreitada. Diante da primeira pergunta que retrata as contribuições da Filosofia para a escola inclusivar, o professor fez a seguinte declaração:

- “ *...A filosofia pode contribuir problematizando mecanismos de exclusão presentes no cotidiano da escola; também pode auxiliar instrumentalizando a comunidade escolar(pela influência do profissional de filosofia)para pensar os sentidos da inclusão...*”

O professor A.S. relatou que tem dez anos de experiência no Ensino Médio. Considera que houve uma evolução na história da educação inclusiva, mas que precisa ainda ser um tema mais constante nas escolas para que se busque alternativas variadas para essa diversidade humana.

Diante da segunda pergunta que aborda o fato de que como os pensadores da filosofia ou correntes filosóficas podem auxiliar o aluno diagnosticado com necessidades especiais, o professor fez a seguinte declaração:

- “ ... o educador da área de filosofia deve inserir no cotidiano escolar conteúdos que versam sobre a Axiologia, pois é o ramo da filosofia que trata de valores imprescindíveis para a maneira de ser e de agir de pessoas diagnosticadas ou não com necessidades especiais no contexto social em que está envolvido ...” .

Valor: “...Uma maneira de ser e de agir que uma pessoa ou uma coletividade reconhecem como ideal e faz com que os seres ou as condutas aos quais é atribuído sejam desejáveis ou estimáveis.”(ROCHER, G..Sociologia geral. Lisboa:Ed.Presença,1989).

O professor A.S. continuou discorrendo sobre o tema dos valores ressaltando que eles podem lançar um novo olhar sobre a questão da inclusão e mudar valores cristalizados que carregam consigo preconceitos, para outros que se voltem mais para os excluídos. Sobre esse tema o professor fez a seguinte declaração:

- “ ...Quando os valores mudam, muda também e necessariamente o nosso olhar sobre as coisas ...” .

A partir da terceira pergunta iniciou-se a parte que trata da seguinte indagação: de que forma a filosofia pode ajudar a escola a se adaptar aos alunos com diagnóstico de deficiência?

O professor M.J. diz que a escola pode conscientizar os outros alunos quanto a importância da companhia dos alunos diagnosticados com necessidades especiais para o provimento da socialização destes. Diante disso ele explica:

- “ ...A filosofia pode ajudar a escola conscientizando os outros alunos quanto à companhia dos diagnosticados com necessidades especiais ...” .

Acreditamos que a filosofia pode exercer papel preponderante na interação e socialização de alunos ditos “normais” e os diagnosticados com necessidades especiais como forma de ferramenta conscientizadora para um mundo mais igual e pluralista. Portanto, a filosofia vista desse modo, pode deixar de ser tão abstrata e passar a fazer parte da vida prática das pessoas como uma disciplina capaz de ressocializar e ao mesmo tempo alargadora de consciência de que vivemos em um mundo que deve ser tolerante em relação às “diferenças”.

“O que define o ser humano não é a capacidade de criar uma segunda natureza-econômica, social, cultural - para além da natureza biológica, é antes a capacidade de ultrapassar as estruturas criadas para criar outras”. (PONTY, MARLEAU. *Temas de filosofia*. Ed.Moderna2002).

A quarta questão buscava explorar alguma mudança significativa nos alunos diagnosticados como especial a partir da inserção de conteúdos filosóficos. Sobre esse aspecto, os professores relatam de modo empírico sua visão referente ao que foi perguntado.

O professor M.J. fala que a principal mudança é o entendimento de que o conhecimento é relativo e que portanto vê que qualquer conhecimento que o indivíduo especial tenha só venha somar com o seu desenvolvimento cognitivo e social. Assim, ele finaliza sua declaração dizendo:

- “ *...a crítica moderna ao saber pode ajudar a escola e os alunos a procurarem outras formas de saber, desse modo relativizando mais o conhecimento...*”

O professor A.S. relata que a inserção de conteúdos filosóficos aos alunos diagnosticados com necessidades especiais tem ajudado na superação de seus medos e limites tornando-os mais conscientes de si e de sua real situação física e cognitiva. Como demonstração disso, relata o caso de um aluno especial chamado Henrique que a partir da leitura de textos filosóficos, passou a enriquecer sua reflexão pessoal por meio de uma argumentação mais rigorosa e muitas vezes questionadora. O professor A.S.diz:

- “ *...o aluno diz que não é capaz , mas a filosofia com seu processo de filosofar diz que sim ...*”.

“Não é possível aprender qualquer filosofia; só é possível aprender a filosofar”( Kant, Immanuel.Crítica a razão pura.São Paulo:convívio, 1979.p.407).

A quinta questão sugere se há alguma ação pedagógica do próprio professor direcionada aos alunos especiais. Segundo A.S., existe sim uma prática que é usual no cotidiano desses alunos. Como por exemplo, atividades que propiciam

diálogo e debates. Além de leituras de textos adaptados à realidade dos mesmos. Um trabalho que também tem surtido efeito é a análise de filmes a partir de uma sessão chamada de cinedebate em que professores e alunos assistem a filmes preestabelecidos cujo tema é direcionado à realidade desses alunos e depois de visto, o filme é debatido entre docentes e discentes, a fim de aprofundar mais nos estudos além de buscar um meio filosófico de discussão. O professor A.S. sugere alguns filmes que surtiram um bom efeito: “A força de um campeão,” “Além dos meus olhos”, “Meu filho, meu mundo” e “O óleo de Lorenzo”. A respeito disso, ele conclui dizendo:

- “... o cinedebate foi um achado para nós que acreditamos em outras práticas em que associa-se aprendizagem, interação, entretenimento com inclusão...” .

“Filmes são conceitos-imagens que podem discutir grandes polêmicas da humanidade. A sétima arte pode ser maior do que a filosofia, composta pelos conceitos-idéias dos pensadores tradicionais, na medida em que suas imagens permitem que se problematize a história exposta, pois, ao contrário da palavra, permitem diversas interpretações. E é aí que se difere da literatura: o cinema causa maior impacto emocional, em comparação a um livro, que somente induz imagens.” (CABRERA, Júlio. *O cinema pensa*. Rocco, 2006).

O professor M.J. relatou que suas ações ainda são tímidas, mas que está constantemente procurando maneiras e formas pedagógicas de inclusão, como por exemplo, atividade de escuta em sala de aula, por meio de exercícios e também deve-se levar em conta a questão disciplinar, essa prática tem se mostrado eficiente quanto ao respeito que deve se dar a esses alunos.

No decorrer da pesquisa com os dois professores, ficou evidente que a filosofia pode ser um excelente instrumento de inclusão social. As suas ideias estavam de acordo com a filosofia da inclusão, respeitando o aluno enquanto um ser humano pensante que deve ser inserido no contexto social, apesar de suas limitações.

A sexta e a sétima questão versavam sobre como os pensadores da filosofia e suas correntes podem auxiliar o aluno especial e se existe alguma ação

filosófica voltada para esses alunos. O professor S.A. relatou que a ética e a axiologia podem ser inseridas como conteúdos da filosofia da inclusão, pois acredita que tais campos de investigação filosófica podem contribuir de alguma maneira para o desenvolvimento pedagógico do aluno.

Já o professor M.J. defende a ideia de que a única ação filosófica possível é a do próprio pensamento que se recria conforme as circunstâncias daquele que se propõe a pensar, sejam eles deficientes ou não.

“Lutar pela igualdade sempre que as diferenças nos discriminem; lutar pelas diferenças sempre que a igualdade nos descaracterize.”

Boaventura de Souza Santos

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa foi iniciada a partir de um questionário realizado a dois professores do Ensino Médio de escolas públicas a fim de investigar as contribuições da filosofia para o processo de inclusão escolar e de que forma ela está auxiliando a prática pedagógica dos docentes em questão.

Durante a análise, observou-se que é possível inserir conteúdos filosóficos na prática educacional inclusiva, bem como as suas implicações como instrumento de aprendizagem significativa no âmbito escolar e na vida dos alunos diagnosticados com necessidades especiais.

O professor é, sem dúvida nenhuma, um agente de transformação e busca pela diversidade humana, valorizando cada aspecto que seja relevante para o processo de ensino-aprendizagem. Portanto, a pesquisa é voltada propriamente para um questionário reflexivo cujas questões se inclinam para a práxis pedagógica inclusiva. Associando a teoria à prática filosófica em sala de aula.

No decorrer do desenvolvimento da pesquisa, foram percebidos alguns campos de investigação filosófica que pretensamente pode auxiliar o aluno diagnosticado com necessidades especiais. São essas: Antropologia Filosófica, Existencialismo, Ética e Axiologia.

Finalmente, esse estudo mostrou que a filosofia pode ser sugerida e vivenciada pelos alunos especiais, pois o ato de pensar não é excludente, uma vez que todo ser humano, se estimulado a exercer o talento da razão, pode se conduzir e assim gerir suas ações e seus comportamentos em direção a uma vida mais emancipadora, livre de preconceitos e pré-determinações.

Não se pode pensar em nenhum homem que não seja também filósofo, que não pense, precisamente porque pensar é próprio do homem como tal. Apud GRAMSCI, Antônio. *Obras escolhidas*. São Paulo: Martins Fontes, 1978. p. 45

O presente trabalho tem por objetivo a leitura de filósofos que contribua para uma tomada de consciência no que tange a inclusão de pessoas com necessidades especiais em um mundo cada vez mais exclusivo. Para tanto, lança-se mão de sugestões e demonstrações de práticas filosóficas que sirvam eventualmente como instrumento que desperte o senso crítico tendo sempre como foco a ideia de que o aluno com necessidades especiais não se sinta inferiorizado e supere os preconceitos arraigados em nossa sociedade.

As pretensões desse trabalho são: aproximar a história da filosofia bem como correntes filosóficas da realidade social enfrentada pelo aluno com diagnóstico de necessidades especiais; criar uma ação filosófica que contemple a escola inclusiva com o objetivo de tornar a pessoa com necessidades especiais conscientes de que suas limitações não são somente um mero “defeito”, mas uma fonte de manifestações, capacidades e potencialidades que o faça interagir no mundo. Isto é, demonstrar para o aluno especial que suas limitações podem também criar uma nova formação peculiar de sua personalidade, reanimar novas fontes, mudar as direções normais do funcionamento do seu corpo e, de uma forma criativa refazer o seu psiquismo.

Todavia, o principal questionamento investigativo que serve de pano de fundo para a realização desse trabalho é: de que forma a filosofia pode contribuir para o desenvolvimento da escola inclusiva?

### **Resumo das principais contribuições**

A Filosofia desde sua origem, na Grécia, aparece como uma compreensão da realidade humana. Portanto, o interesse da filosofia é o próprio ser humano. Ou seja, a atitude de filosofar é uma característica indissociável da condição humana.

Tendo isto em vista, procurou-se nesta pesquisa investigar ferramentas que contribua para o aprimoramento das práticas educacionais voltadas para o ser humano e mais especificamente, para o aluno diagnosticado com necessidades especiais.

Tal investida, encontrou como uma possível contribuição para escola inclusiva as áreas denominadas de Antropologia Filosófica e Existencialismo. Pois acredita-se que a especificidades dessas áreas de investigações filosóficas podem oferecer ao aluno especial os meios para serem conscientes de si e de suas ações numa prática que anseia por autonomia e liberdade.

O estudo aqui empreendido se utilizará do trabalho filosófico como instrumento de desenvolvimento humano e inclusão social, pois nota-se o quão a filosofia pode auxiliar na inserção de pessoas diagnosticadas com necessidades especiais em um contexto social cada vez mais segregador.

Enfim, investigar, pesquisar e entender a filosofia e a educação nesta perspectiva é fazer da própria filosofia uma análise crítica, acreditando no importante papel que o estudo filosófico cumpre no processo de humanização e de evolução da história da escola inclusiva como um todo.

### **Recomendações para futuros estudos**

Este trabalho serve como um auxílio para os professores que atuam na área de filosofia, e, sobretudo, os que trabalham com a escola inclusiva, pois abre fendas na relação professor-aluno no que se refere às práticas pedagógicas de âmbito inclusivo sem perder o foco filosófico. Além disso, ele pode auxiliar na condução da vida educacional do aluno diagnosticado com necessidades especiais, uma vez que a filosofia juntamente com seus pensadores e suas correntes podem muito bem aprimorar o desenvolvimento desses alunos.

Essa pesquisa pode também abrir portas para aqueles que desejam atuar na área do magistério e para aqueles que se interessam pelo assunto e vê na filosofia uma ferramenta auxiliar que pode fazer diferença na vida pessoal e profissional destes. A filosofia inclusiva deve ser inserida de forma mais contundente no contexto escolar, para tanto é necessário que haja mais pesquisas e mais interesse por essa área.

Levando em consideração que esse trabalho aborda a parte teórica e prática da filosofia inclusiva, existe a possibilidade de diversas análises e aplicabilidade do que

nele se propõe. Assim, para contribuir com futuros estudos sugere-se chaves de leituras do tipo: “O existencialismo é um humanismo” Jean Paul Sartre e “Nos limites da ação” de Roberto Bartholo e Elizabeth Tunes, bem como “A filosofia antropológica de Buber”.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMARAL, Lígia Assupção. *Pensar a Diferença: deficiência*. Brasília: Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, 1994;
- ARANHA, Maria Lúcia de Arruda; MARTINS, Maria Helena Pires. *Filosofando: Introdução à Filosofia*. 4ª Ed. São Paulo, Moderna, 2009;
- ARANHA, Maria Salete Fábio. *A inclusão social da criança com deficiência, Criança Especial*, São Paulo, Editora Roca;
- BARTHOLO, Roberto; TUNES, Elizabeth. *Nos limites da ação – pré-conceito, inclusão e deficiência*. 3ª Ed. São Carlos, EdUFScar, 2007;
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *O que é Educação*. 1ª Ed. São Paulo: Brasiliense, 2001;
- BRASIL. MEC, *Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica*. Brasília: SEESP, 2001. (62p.);
- BUENO, J.G.S. *A Inclusão de Alunos Deficientes nas Classes Comuns do Ensino Regular*. Temas sobre Desenvolvimento, v9, n. 54. 2001;
- CARVALHO, Rosita Edller: *Removendo Barreiras para a Aprendizagem: educação inclusiva*. Porto Alegre: Mediação, 2000;
- FIGUEIREDO, Vinícius (org). *Filósofos na Sala de Aula. Vol 2*. São Paulo: Berlendis e Vertecchia, 2007;
- LORIERI, Marcos Antônio. *Filosofia na Escola*. São Paulo, Moderna, 2002;
- MENDES, Enicéia Gonçalves. *Análise de minuta de Resolução CEB / CNE, que institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (versão 17 de fevereiro de 2001)*. São Carlos, UFSCAR, 2001;
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Parâmetros Curriculares Nacionais: Adaptações Curriculares – Estratégias para a Educação de Alunos com Necessidades Educacionais Especiais*. Brasília, 1988;

PALHARES, Marina Silveira e MARINS, Simone Cristina (org): *Escola Inclusiva*. São Carlos: EDUFScar, 2002;

REALE, Giovanni; ANTISERE, Dario. *História da Filosofia: Do Romantismo até os nossos dias*. 2ª Ed. São Paulo, Paulus, 1991;

UNESCO. *Declaração de Salamanca e Enquadramento da Ação: nas áreas das necessidades educativas especiais*. UNESCO, 1994.

## **Apêndices**

- 1. Instrumento: questionário**
- 2. Termo de consentimento**
- 3. Carta de apresentação**